



Entrevista coletiva concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, aos jornais El País, El Mundo, ABC e La Vanguardia

Madrid-Espanha, 13 de outubro de 2008

Jornalista: Podemos falar da crise econômica, como vai afetar a América Latina e como vai afetar o Brasil. O senhor disse há alguns dias que muito pouco, a bolsa e outros índices indicam o contrário.

Presidente: Eu acredito que a crise não pode mais ser escondida por nenhum país, tanto por aqueles países que são o centro da crise como os Estados Unidos e Europa, e também o que pode acontecer com os países em desenvolvimento, países emergentes.

Eu penso que a crise tem grandezas diferentes para cada país e essa crise foi escondida durante muito tempo. Eu costumo fazer comparação com um adolescente que não estava bem na escola, escondia o boletim dos seus pais e, um belo dia, aparece o boletim e o adolescente tinha tirado muitas notas vermelhas.

O dado concreto é que o *subprime* está sendo discutido há mais de um ano e em nenhum momento os líderes dos países desenvolvidos tomaram decisões com antecedência. Eu me lembro de que na última reunião do G-8, no Japão, levantei o assunto da crise e ninguém queria discutir.

Ao mesmo tempo em que temos uma crise profunda, talvez a mais profunda desde 1929, nós assistimos, no último final de semana, todos os dirigentes dos países mais importantes preocupados em encontrar uma saída para a crise. Parece-me que os dirigentes políticos resolveram assumir a crise com a cara política que ela tem. Não é mais um problema apenas dos bancos, é um problema dos correntistas. E quando vira problema dos correntistas, vira problema do Estado. E quando vira um problema de Estado as decisões não



são mais econômicas, são políticas.

É isso que eu penso que vai acontecer. Primeiro, os Tesouros de todos os países precisam garantir a liquidez para que o comércio continue fluindo. É preciso garantir aos correntistas o direito ao seu dinheiro depositado e, ao mesmo tempo, eu penso que é preciso fazer uma nova regulamentação para o funcionamento do sistema financeiro.

Todo ser humano está subordinado a regras, ou dos seus países ou de instituições multilaterais. Os bancos, não. Eu vou dar-lhes um exemplo: em Basileia, os bancos centrais, há muito tempo tomaram decisões de que um banco de investimento não poderia alavancar mais que dez vezes o seu patrimônio líquido. Nos Estados Unidos, isso não tem limite. Enquanto no Brasil varia entre nove e dez vezes, nos Estados Unidos chegava a 35 vezes. A chamada “economia de papéis” estava subordinando a economia formal, produtiva, à situação que estamos vivendo hoje.

Eu penso que a crise ainda tende a se aprofundar por mais uns tempos, porque agora chegamos à situação de desconfiança. Vai precisar algum tempo para que as medidas adotadas pelos governantes garantam a todos os detentores de contas bancárias e a todos que estejam envolvidos com financiamento que o dinheiro vai existir.

Eu me lembro de que no G-8 levantei dois problemas na reunião. Primeiro, o preço do petróleo e, segundo, o preço dos alimentos. E eu fazia duas perguntas: quais as razões para que o petróleo chegasse a 150 dólares o barril? E quais as razões para que o preço dos alimentos, sobretudo das commodities, subissem do jeito que estavam subindo? A explicação que me deram era que a China estava consumindo muito e, portanto, os chineses passaram a serem considerados os vilões dos preços do petróleo e dos alimentos.

Eu mostrei, na reunião, que tinha uma incongruência nessa argumentação. E ela está provada hoje. Os chineses continuam utilizando a



mesma quantidade de petróleo, e o petróleo caiu para 80 dólares. Então, não eram os chineses. E o alimento começou a cair.

O que começou a acontecer, na verdade? A especulação no mercado futuro cometeu a loucura de elevar o petróleo a 150 dólares o barril. Possivelmente pessoas, já por conta do *subprime*, resolveram mudar os seus investimentos para a especulação nas áreas de alimento e de petróleo.

Isso precisa ter um paradeiro. Nós não podemos permitir que a economia virtual possa superar a economia real, aquela que gera um prato de comida, uma peça de automóvel, uma casa – ser subordinada à economia da troca de papéis ou de títulos. Não é possível!

No Brasil e na América Latina vivemos um momento de apreensão, muita apreensão, porque sabemos o efeito de uma crise dessa magnitude, que é a primeira em muitas décadas, que envolve a base e o modelo do novo capitalismo, onde a individualidade predomina sobre os interesses coletivos e públicos, e o mercado pode tudo. Penso que essa fase vai acabar a partir de agora.

O que estamos fazendo no Brasil? No Brasil tem muita gente que me acha muito otimista, porque eu tenho dito que a crise pode chegar ao Brasil de forma muito diferenciada do que está chegando na Europa e nos Estados Unidos. Primeiro, porque temos um mercado interno sólido e temos programas de investimento do governo, e vamos continuar fazendo os investimentos. Nenhuma obra pública de infra-estrutura, de urbanização de favelas, esgotamento sanitário, irá parar em 2009. Todas as obras de infra-estrutura que estamos fazendo, tanto ferrovias como estradas, investimentos da Petrobras, na indústria naval, na indústria petroleira, todos eles vão continuar.

Só para vocês compreenderem: a Petrobras me apresentou um estudo sobre os 112 bilhões de dólares que ela tem que investir até 2012. No estudo feito pela Petrobras, o cálculo é feito com base no barril de petróleo a 35 dólares. Dos 112 bilhões de dólares que ela tem que investir, 104 bilhões de



dólares não dependem de empréstimo, é caixa próprio da Petrobras.

Então, com uma reserva de 207 bilhões de dólares e com mais 22 bilhões de *swaps* reversos, estamos tranquilos de que vamos garantir crédito para os investimentos que precisamos fazer no Brasil. Eu penso que, em maior ou menor dimensão, isso estará acontecendo em quase todos os países da América do Sul.

A terceira coisa importante é que nós diversificamos muito as exportações brasileiras. Antes nós dependíamos muito dos Estados Unidos e da União Européia, e hoje temos uma balança comercial muito diversificada, onde a América Latina é o nosso maior parceiro, os Estados Unidos continuam um grande parceiro, é o maior individual, mas representava 26% da nossa balança comercial e hoje representa menos que 15%.

Isso nos permite, com o fortalecimento do mercado interno, o controle das contas públicas e a diversificação dos mercados, acreditar que o Brasil vai continuar crescendo e que vamos continuar gerando os empregos necessários para que o Brasil continue sólido. Afinal de contas, depois de 22 anos sem crescer, não temos o direito de permitir que o Brasil tenha um retrocesso.

Por isso, estamos trabalhando como se fosse uma junta médica, analisando todo dia, toda hora. Agora mesmo vou propor ao meu ministro da Fazenda, ao Banco Central, ao ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, ao ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e ao ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a criação de um comitê de emergência, um comitê de crise para analisar todos os dias os acontecimentos do mundo e as perspectivas para o Brasil.

A hora é de ousar e de acreditar. Acabou o tempo em que numa crise dessas as pessoas ficavam dependendo do Fundo Monetário Internacional. Agora temos que depender de nós, em primeiro lugar, e depender de uma ação política dos chefes de Estado.

Uma última coisa sobre a crise: estou saindo da Espanha e estou indo à



Índia. E vou ter uma conversa com o primeiro-ministro Singh sobre a questão da Rodada de Doha, porque ela está paralisada em função de uma divergência na área agrícola entre Estados Unidos e Índia.

Na segunda-feira passada, conversei com o presidente Bush, ele me disse que tinha feito uma proposta que contemplava os interesses dos pequenos produtores rurais da Índia. Vou tentar mostrar ao primeiro-ministro Singh que não terá gesto maior para debelar essa crise, ou pelo menos para começar a debelar, além das medidas que os países terão que tomar no sistema financeiro para não permitir a ausência de crédito. Não haverá nada melhor do que uma tomada de posição positiva, concluindo a Rodada de Doha.

É por isso que estou há mais de um ano dizendo a todos os presidentes que a Rodada de Doha não é um problema econômico, é um problema eminentemente político. Por isso que eu disse, no discurso da ONU: A hora é da política. Agora os dirigentes políticos terão que fazer valer a política como único instrumento para debelar essa crise.

Jornalista: Um esclarecimento: em Doha, entre União Européia, Estados Unidos e Brasil há acordo? O único problema é entre Índia e Estados Unidos?

Presidente: Tem outros problemas menores, mas o cerne da questão é, certamente, entre a Índia e os Estados Unidos. A Índia, com certa razão, protegendo os seus agricultores familiares e exigindo que haja uma flexibilização das economias maiores.

Jornalista: Antes estávamos falando do aumento dos preços dos alimentos. Gostaria de saber o que o senhor pensa sobre os críticos que afirmam que os biocombustíveis contribuem para esse aumento.

Presidente: Não há nenhum número, nenhum dado que possa dar sustentação



a essa afirmação. Até porque, no caso do Brasil, que é um produtor de biocombustíveis, a produção de alimentos tem crescido todo ano. E nós ainda não utilizamos 1% da área degradada do País para produzir biocombustíveis.

Eu penso que as pessoas que acusam os biocombustíveis ou são pessoas que têm muito petróleo, ou são pessoas que estão muito comprometidas com as empresas de petróleo.

No caso do Brasil, nós temos duas situações favoráveis. Primeiro, somos um grande produtor de biocombustíveis e vamos ser logo, logo, um grande produtor de petróleo. Eu penso que a descoberta do pré-sal, que está numa profundidade de 6 a 7 mil metros... será comercialmente... começará a produzir petróleo a partir de 2012.

Nós começamos o primeiro poço do Jubarte, no estado do Espírito Santo, tirando petróleo a 4.300 metros de profundidade, petróleo com 32 API (escala do Instituto Americano de Petróleo), de boa qualidade. E em março do próximo ano estaremos começando a explorar o poço Tupi, que está a mais de 6 mil metros de profundidade. Isso implica em grandes investimentos. Só para vocês terem idéia, nós precisamos contratar, nos próximos 6 anos, pelo menos 38 sondas, cada sonda custa mais de US\$ 800 milhões. Vamos ter que contratar mais de 200 navios, muitas plataformas, e por isso estamos recuperando a indústria naval, a indústria petrolífera. E vamos fazer no Brasil uma forte indústria petroquímica.

Só para vocês terem a dimensão, a última refinaria feita no Brasil foi em 1980. Agora, vamos fazer quatro novas: uma de 600 mil barris diários, uma de 300 mil barris diários, uma de 200 mil barris diários e outra de 70 mil barris diários. Tudo isso pensando em explorar e exportar produtos com maior valor agregado e não apenas exportar o óleo cru, como país exportador de petróleo. Queremos exportar óleo diesel com 50 PPM (partes por milhão) e queremos exportar a gasolina premium, para quem precisar comprar do Brasil.

Vamos continuar com a produção do biocombustível, porque o



biocombustível gera emprego, diminui a emissão de gás de efeito estufa e ajuda muito a agricultura familiar em meu país.

Jornalista: E necessita também um submarino nuclear para proteger tanta produção no mar?

Presidente: Veja, nós...

Jornalista: Se me permite complementar, em matéria de defesa, estão aumentando a capacidade militar do Brasil de maneira considerável, quais são os cálculos estratégicos que faz o Brasil como potência regional e com respeito a países específicos como Bolívia e Venezuela, em relação ao aumento de suas capacidades militares?

Presidente: Nós estamos, primeiro, fazendo um estudo que será apresentado publicamente ao povo brasileiro no dia 3 de novembro, que é uma nova estratégia de defesa para o nosso país. Nós queremos recuperar as nossas indústrias de materiais de defesa, que na década de 70 eram importantes e que foram dizimadas, porque acho que o Brasil é um país continental e que precisa estar preparado, sobretudo para se proteger de quem quer que seja. Os inimigos não estão protocolados em nenhum cartório, mas eles podem aparecer.

A descoberta do petróleo a 300 quilômetros da costa brasileira exige que a gente tenha o mínimo de cuidado para tomar conta dessa plataforma. Afinal de contas, nós vamos ter uma plataforma a 300 quilômetros da costa marítima, produzindo milhares de barris de petróleo, que precisam de proteção.

Ao mesmo tempo, quando propus a criação do Conselho de Defesa Latino-Americano foi porque nós temos muita coisa em comum. Nós temos, ao mesmo tempo, o Atlântico e a Amazônia toda, que precisam ser protegidos. Os



nossos militares precisam trabalhar conjuntamente para fazer muitas coisas, não apenas para proteger as nossas fronteiras, mas combater o narcotráfico e o contrabando de armas. É uma imensa região totalmente desprotegida e que precisa ter um Conselho de Defesa que mantenha a harmonia entre as Forças Armadas da região. E também porque eu acho que é a forma mais eficaz de a gente construir a paz e garantir a democracia.

Nós estamos trabalhando firmemente no desenvolvimento e enriquecimento do urânio, e o Brasil pretende ter submarino nuclear. O Brasil trabalha com fins pacíficos, recebemos as visitas dos organismos e estamos tranqüilos com relação à necessidade de o Brasil ter um submarino nuclear. Estamos convencidos disso. Acho que o mundo compreende. Um país que tem 8 mil quilômetros de costa marítima precisa ter instrumentos de dissuasão. Vai levar algum tempo ainda, mas nós estamos determinados a concluir o nosso processo nuclear.

Jornalista: Peço perdão por insistir, mas há duas coisas: há três países que se armam, Chile, tradicionalmente é um país que sempre renova suas Forças Armadas, Venezuela o tem feito e tem agora um crédito da Rússia para armar-se com armas russas, e vocês têm um acordo com a França. A Colômbia tem um acordo com os Estados Unidos, de fornecimento de armas, e o resto não. Não teme uma corrida armamentista na região e conseqüentemente um desequilíbrio das Forças Armadas de países como Bolívia, Argentina, Peru, por um lado, e as de Venezuela, as brasileiras, as chilenas, que sempre estão organizando-se, e as colombianas, que estão preparadas para uma guerra que os demais países não tiveram. Não teme que haja um desequilíbrio muito forte que, em vez de contribuir para a paz, gere pressões?

Presidente: Primeiro, o Brasil não está numa corrida armamentista, e nem pretende estar. O que o Brasil precisa é ter as Forças Armadas preparadas, em



função da dimensão do País. Um país com 190 milhões de habitantes, com 8 milhões e meio de quilômetros quadrados, com mais de 17 mil de quilômetros de fronteira seca e oito mil de costa marítima, este país tem que ter o mínimo de proteção.

Eu penso que nos últimos 25 anos houve um descaso com a questão da defesa. Aliás, o Viegas foi ministro da Defesa e ele sabe o quanto nós nos desprotegemos ao longo do tempo. E temos consciência de que um país pode estar bem preparado e, ao invés de ser o mentor da discórdia ser o mentor da concórdia. E eu acho que cada país tem que ter o mínimo de proteção possível.

Agora, não acredito que haja uma corrida armamentista na América do Sul pensando em disputas militares e em guerra. Eu acho que cada país tem que ter o mínimo necessário para que garanta sua soberania interna e, ao mesmo tempo, para que a gente possa ter a tranqüilidade de que as Forças Armadas existem, dentre outras coisas, para proteger a tranqüilidade dos cidadãos.

E aí tem a história do Brasil, que é uma história de paz, que é uma história de construção da paz e da democracia. A nossa relação, na América do Sul, é a melhor possível. Eu fico pensando que daqui da Espanha, muitas vezes acompanhando a imprensa nacional, a divergência entre os dirigentes da América do Sul pareça maior do que é na verdade.

Eu compreendo perfeitamente bem as inquietudes na Bolívia, compreendo muito bem as inquietudes no Equador, na Venezuela, porque somos países com problemas que os europeus já venceram há 50 anos. Há uma grande parte da população deserdada. Garantir que cada país tenha um mínimo de soberania, para pensar no desenvolvimento do Estado, é uma coisa extremamente importante.

O que agora está sendo discutido na Europa de certa forma me deixa tranqüilo, por perceber que os dirigentes de todos os países não estão



tentando resolver o problema financeiro apenas dando dinheiro para os banqueiros, mas estão pensando em comprar as ações dos bancos e virarem sócios dos bancos para um dia, quem sabe, devolver as ações, quando o sistema estiver saudável.

Então, eu queria dizer para vocês que me sinto um homem tranquilo com relação à questão da América do Sul, da América Latina. Tenho plena compreensão de que somos um continente que passou por problemas muito difíceis, muitas experiências de autoritarismo, muita concentração de riqueza e que estamos num processo de ebulição, estamos nos mexendo como se fôssemos um vulcão voltando à ativa. Queremos crescer, produzir, gerar empregos, recuperar o tempo perdido na educação. E, no nosso continente, muitos dos nossos homens e mulheres precisam conquistar ainda os direitos elementares que outros povos já conquistaram.

Por isso que eu falo do pré-sal, dizendo que algumas coisas nós vamos fazer: vamos mudar a regulação da lei do petróleo, queremos ter uma indústria naval competitiva. Para vocês compreenderem: em 1970, o Brasil tinha a segunda indústria naval do mundo, só perdíamos para o Japão. Na época havia 36 mil trabalhadores na indústria naval. Em 2003 tínhamos apenas 1.900 trabalhadores, não produzíamos mais nada. Agora, já temos 40 mil trabalhadores. E plataformas que custam US\$ 2 bilhões, que a gente encomendava na Noruega ou em Cingapura, porque diziam que o Brasil não tinha nem engenharia, nem tecnologia. Na semana passada, eu inaugurei a P-51, 100% brasileira.

Além da indústria naval, queremos ter uma forte indústria petroquímica no Brasil. Mas, mais do que isso, é que uma parte do dinheiro do pré-sal nós queremos utilizar para pagar a dívida que temos com a educação brasileira, e pagar a dívida que temos com os pobres do Brasil. Essas são as nossas prioridades e é desse jeito que nós pretendemos enfrentar a crise.



Jornalista: Por falar de construir a paz na América Latina, eu gostaria de perguntar, vimos o nascimento da Unasul, pergunto se não é um pouco paradoxal que a Unasul tenha nascido neste momento um pouco pela corrida armamentista, e um pouco também porque estamos em uma época de mudanças na direção da esquerda na América Latina, e que essa mudança traduziu-se em alguns países com Constituições mais protecionistas, por exemplo estamos vendo os problemas da Petrobras no Equador. A pergunta é essa, se não é um pouco paradoxal que se tente avançar na direção da unidade enquanto vemos Constituições mais protecionistas.

Presidente: Eu, muitas vezes, olho para o modelo integracionista e eu, particularmente, gosto muito do que acontece na Europa. Um país como a Espanha, que recebe quase 60 milhões de turistas por ano, por que recebe? Porque há um processo de integração que permite que qualquer pessoa da Europa chegue aqui de trem, de ônibus, de carro, de barco, se quiser pode vir até a pé. E aí, eu viajo pela Europa, vejo estradas, vejo ferrovias, está tudo coordenado, parece um único país.

Veja que absurdo: Brasil e Bolívia, a primeira ponte ligando os dois países fui eu que fiz, 500 anos depois. A primeira ponte entre Brasil e Peru fui eu que inaugurei, depois de 500 anos. A primeira carreteira ligando os dois países somos nós que estamos fazendo, junto com o Peru. Por quê? Porque durante décadas e séculos as elites dirigentes da América do Sul miravam a Europa e os Estados Unidos e estavam de costas uns para os outros.

Se não houver integração energética, integração ferroviária, integração rodoviária, se não houver integração das telecomunicações, nós seremos sempre um continente pobre. Os peruanos, quando quiserem fazer turismo, virão para a Europa e não para o Brasil. O Brasil, quando quiser fazer turismo, virá para a Europa e não para o Peru.

Se você analisar o mapa do Brasil, você vai perceber que durante 500



anos todo o desenvolvimento do Brasil se deu na costa marítima. Somente a partir de 1955, Juscelino levou a integração para o centro-oeste, e nós estamos levando a integração para o conjunto do território nacional. O Brasil só não tem fronteira com o Chile e com o Equador. Então, é preciso desenvolver essas fronteiras para que a gente possa transitar, para que os produtos possam transitar.

Vou dar um exemplo: o Peru tem muito fosfato, e nós compramos fosfato do Marrocos ou da Rússia, quando a gente poderia comprar do Peru. Nós temos muitas coisas que poderíamos comprar da Colômbia, da Venezuela, da Argentina, e compramos de outros países, às vezes a milhares e milhares de quilômetros de distância.

Então, essa integração que está contida dentro da Unasul, e que começou pelo Mercosul, é para que nós descubramos as potencialidades de cada país, as similaridades entre cada país e o que poderemos fazer para nos ajudar mutuamente.

Então, hoje quando o Brasil monta um escritório da sua Empresa de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa, que detém a maior tecnologia de agricultura tropical do mundo, na Venezuela, o que queremos dizer? O que nós queremos é ensinar para que cada país seja auto-suficiente na questão da segurança alimentar.

Quando nós abrimos um escritório da Embrapa na cidade de Acra, em Gana, e pesquisamos mais de 30 países africanos, é porque acreditamos que a savana africana tem as mesmas características do Centro-Oeste brasileiro, que hoje tem a maior produção de grãos do Brasil.

Se nós conseguirmos, em parceria com outros países – e isso já está acordado, inclusive, com a Espanha – financiar projetos de desenvolvimento em países pobres, nós teremos duas coisas importantes. Primeiro, estaremos construindo mais democracia, mais soberania e mais desenvolvimento. Segundo, estamos construindo mercados, para que os nossos produtos



possam ser comercializados.

E é isso que eu tenho falado com a Europa. Não quero que a Alemanha desmonte a sua agricultura para plantar biocombustíveis. Se bem que ela já planta, muito mais caro do que no Brasil. O que eu quero é que a Alemanha monte parcerias com países africanos e produza na África um outro tipo de agricultura, que pode gerar emprego, desenvolvimento e um combustível não poluente para que os carros alemães possam utilizar, os franceses, os japoneses. E ainda teremos que convencer o presidente Bush de que não... agora o novo presidente, não sei quem vai ser, de que é mais conveniente fazer parceria com a América Central para produzir etanol de cana-de-açúcar e deixar o milho como ração animal. Tudo seria mais fácil se prevalecesse o bom-senso entre os dirigentes do mundo.

Eu sei que isso precisa de muita conversa, porque muita gente fala em democracia, em livre comércio, mas quando se trata de proteger o Estado nacional todos são protecionistas. Vejam a sobretaxa que os americanos cobram do aço brasileiro, a sobretaxa que a União Européia cobra do etanol brasileiro, a proteção aos produtos agrícolas europeus, os subsídios americanos. Tudo isso é contraditório com o livre mercado tão preconizado no século XX.

Jornalista: Com respeito à pergunta anterior, no caso da Odebrecht, há um conflito, o Brasil tem estado nos últimos tempos como um mediador amigável no conflito que houve na Colômbia, com Equador e com a Venezuela, na Cúpula da Unasul em Santiago com respeito ao conflito boliviano, e o senhor se encontra depois da Cúpula de Manaus, onde se dá impulso a um dos projetos IIRSA, o de Manta a Manaus, com a expulsão de uma grande construtora brasileira do Equador. Como isso se encaixa para o Brasil, um país que tem estado em todos os conflitos diplomáticos, tentando solucioná-los, e por outro lado agora é Equador-Brasil, e o senhor tem uma responsabilidade



com uma empresa brasileira, que está em todos os lugares.

Presidente: Primeiro vamos ter claro duas coisas distintas. Uma coisa é a relação entre Estados, entre o Brasil e o Equador, e a outra coisa é a relação entre uma empresa brasileira e uma empresa do Equador ou com o próprio governo do Equador, na medida em que ela presta serviços.

A Odebrecht é uma empresa de renome internacional, uma empresa que compete com qualquer empresa do mundo na área da construção civil pesada e que tem cinco contratos no Equador. Ora, se a Odebrecht cometeu uma falha em uma de suas obras, ela tem que se subordinar à legislação do Equador. E o governo pode ou não manter a empresa ou romper o contrato com a empresa. Isso faz parte do mundo dos negócios e dos contratos.

O que eu acho delicado é quando a conversa fica para um segundo plano e se subordina à política interna de cada país. Falei pessoalmente com o presidente Rafael Correa, disse a ele que era importante que recebesse a direção da Odebrecht, que ela pudesse fazer os reparos que precisavam ser feitos lá dentro; que a Petrobras está lá e que estamos dispostos a trabalhar subordinados à legislação do Equador, desde que essa legislação permita que a Petrobras trabalhe em igualdade de condições com as outras empresas.

Bem, se isso for de acordo, não haverá nenhum problema com o Equador. Um problema diplomático na área comercial não pode ser a razão da ruptura de relações entre dois Estados mas, sim, razão para que os nossos diplomatas trabalhem mais, aparem todas as arestas e que (inaudível). Nós temos outras empresas brasileiras trabalhando no Equador e certamente vão continuar trabalhando lá no Equador. A Odebrecht tem todas as condições, porque tem obras em todos os países da América do Sul, de provar, em cada país, que é uma grande empresa e que faz as coisas corretamente. Na hora que errar, paga o preço.

Estou convencido que a nossa relação com o Equador vai se manter da



melhor forma possível, porque essa é a vontade do Rafael Correa, porque essa é a nossa vontade. O desacerto que houve agora é apenas um aviso de que os Estados precisam se interessar mais pelas coisas que acontecem no interior dos nossos países, pelos contratos feitos, para que sejam sempre os mais razoáveis possíveis.

Ninguém fala de futebol?

Jornalista: Quanto ao ensino do espanhol, vão contratar professores com a nova lei? Há problemas diante da necessidade de muitos professores? Que expectativas o senhor tem, que seja um país bilíngüe ou que o espanhol supere o português?

Presidente: Na verdade, a integração passa pela integração lingüística também. Os países espanhóis precisam falar português e nós precisamos falar espanhol. Depois de tantos e tantos anos em que a língua espanhola foi abandonada, queremos recuperá-la. Por isso, aprovamos uma lei, temos uma contribuição extraordinária do Instituto Cervantes que tem nove escritórios no Brasil. Queremos formar professores e queremos que os brasileiros, daqui a algumas décadas, falem espanhol fluentemente. E queremos contribuir para que os espanhóis falem português fluentemente. Sem menosprezar outras línguas, mas como somos vizinhos, e como já pensamos que nos entendemos sem nos entendermos, fica mais fácil essa integração. Por isso fiz a lei, e trabalhamos com muito carinho para que isso se torne uma realidade.

Jornalista: Obrigado.

(§31DGJMQ)